

6 Questões metodológicas

6.1 Pesquisa qualitativa

Já no século XIX, surgiam as primeiras críticas ao paradigma clássico científico, quantitativo e objetivista, que reinava absoluto e, por um lado, atendia muito bem aos interesses das pesquisas desenvolvidas no campo das Ciências Naturais, cujos estudos se pautavam em dados observáveis, objetivos e passíveis de quantificação, mas por outro, deixava insatisfeitos alguns pesquisadores das Ciências Sociais por não dar conta do caráter histórico, mutável e dinâmico de seus objetos de estudo. Nesse contexto de insatisfação, no século XX, trazendo uma proposta diferente daquela que se voltava para fenômenos acessíveis ao sentido com a finalidade de mensurá-los para postular leis gerais para explicar o mundo, instaurava-se o paradigma qualitativo de pesquisa, que veio relativizar as verdades científicas, ao tratar de um universo subjetivo não tão facilmente acessível aos sentidos, cujos fenômenos apresentam um alto grau de complexidade interna.

Esse movimento se configurou, portanto, como uma mudança paradigmática a partir da qual alguns pesquisadores, sobretudo aqueles do campo das ciências humanas e sociais, desprendem-se de interesses clássicos, como por exemplo, a quantificação dos dados, e se dedicam à interpretação dos fenômenos; postura esta assumida nesta pesquisa. De um lado, então, estavam os defensores do interpretativismo, que argumentavam que o objetivo das ciências humanas era compreender a ação humana; de outro, estavam os adeptos do positivismo, cuja argumentação era a de que a finalidade de qualquer ciência é oferecer explicações causais de fenômenos sociais, comportamentais e físicos (Schwandt, 2006).

A partir do ponto de vista interpretativista, a ação (social) humana (objeto de pesquisa das ciências humanas) se diferencia do movimento dos objetos físicos (que despertavam interesse dos pesquisadores das ciências naturais) por ser inerentemente significativa. E é em busca de significações (sentidos) que a investigação qualitativa, como a que aqui se desenvolve, lança-se à interpretação de seus fenômenos de pesquisa. Mediante tal postura (metodológica e epistemológica) interpretativista se alcança uma explicação/ compreensão que vai

além do analisado, sendo a interpretação o ponto de partida e o ponto de chegada (Gomes, 2005; 2008).

Uma vez que ao modo de investigação qualitativo interessa interpretar os fenômenos de pesquisa, ao invés de mensurá-los, a perspectiva dos participantes de pesquisa (atores sociais), cujas subjetividades estão sendo adentradas, torna-se extremamente relevante para o processo interpretativo. Ademais, no terreno da investigação qualitativa existe um lugar reservado à fidelidade em relação aos fenômenos, ao respeito pela experiência de vida e à atenção aos fins detalhes do cotidiano, o que parece atrair muitos pesquisadores para esse lugar de exploração de questões que dizem respeito ao significado de conhecer o mundo social (Schwandt, 2006).

De acordo com Minayo ([2006] 2008, p. 57), “o método qualitativo é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmo, sentem e pensam”. Sob o título de “pesquisa qualitativa” se apresentam diferentes métodos e técnicas de geração e análise dos dados, sendo que a opção por um ou outro método/ técnica é norteadada, sobretudo, pelo alinhamento teórico do investigador e pelas questões investigativas emergentes. Nesse modo de buscar entender os fenômenos, os processos de análise e de interpretação têm início já no processo de observação, não havendo fronteiras nítidas entre esses processos (cf. Gomes, 2008).

Nesta pesquisa, o interesse se volta para a investigação interpretativista do uso da linguagem, a partir de uma postura que entende a linguagem como práxis, como ação, a fim de, por meio das produções discursivas das participantes da pesquisa, que por sua vez, revelam suas subjetividades, alcançar os sentidos (dos *selves* e do mundo) co-construídos na ação de narrar. Todo esse processo está imerso em um simbolismo característico dos objetos de estudo de pesquisas qualitativas, sem o qual não temos acesso aos sentidos cujas construções buscamos compreender.

6.2

Método de geração de dados: entrevista de grupo focal

Podemos definir o contexto de geração dos dados desta pesquisa como *entrevista de grupo focal* que, por sua vez, consiste em um método qualitativo de pesquisa amplamente utilizado e com grande aceitação na contemporaneidade. Morgan (2002, p. 141) nos apresenta uma ampla definição deste método de pesquisa que abarca a grande maioria das entrevistas de grupo, segundo a qual a entrevista de grupo focal consiste em “uma técnica de pesquisa que coleta dados através de interação em grupo sobre um tópico determinado pelo pesquisador”.

No caso da presente pesquisa, no início de cada encontro com o grupo de pesquisa, eu apresentava um tópico para ser discutido pelas participantes, entendendo que minha função estaria restrita à moderação/ mediação das interações. Entretanto, no decorrer das discussões, ocorriam alguns desvios do tópico da discussão que eram por mim autorizados, uma vez que meu objetivo primeiro sempre foi oportunizar a espontaneidade nas interações. Na condição de moderadora, eu procurava conduzir as participantes para um retorno ao tópico em desenvolvimento, quando eu percebia um espaço para essa transição, que sempre foi bem sucedida no que diz respeito à aceitação das participantes em retornar à temática por mim proposta. Embora cada encontro tivesse uma agenda pré-determinada por mim (não sendo do conhecimento das participantes), com um tópico central a ser discutido, devido às contingências da interação, tanto eu como as participantes, em alguns momentos, estabeleciam outros tópicos, o que conferia um caráter flexível à agenda dos encontros. De acordo com Morgan (2002), “a maioria dos tratamentos de metodologia de grupo focal enfatiza a necessidade de manter a discussão em tópico e, ao mesmo tempo, encorajar o grupo a interagir livremente”, sendo “tarefa do moderador andar sobre essa corda bamba” (p. 146).

A *flexibilidade* em relação à condução da entrevista, que permite uma abertura da agenda para mudanças de tópico e que é considerada por Morgan (2002) uma das razões para a crescente popularidade do método entre os cientistas sociais desde a década de 1980, bem como a presença de uma *pesquisadora-moderadora* no estabelecimento e na apresentação dos tópicos, e na condução da interação, são fatores típicos do contexto de entrevista de grupo focal.

Uma vez que todas as participantes só estavam ali presentes (nos encontros) devido ao fato de terem sido acometidas por Acidente Vascular Cerebral (AVC), que comprometeu a linguagem verbal, o tópico da agenda do

primeiro encontro foi *Histórias de AVC*. As agendas dos demais encontros eram elaboradas (por mim) semanalmente, de acordo com interesses demonstrados no encontro anterior, e eram constituídas por tópicos que giravam em torno do AVC por elas sofridos e da afasia, tratando, por exemplo, da vida após AVC, dos relacionamentos sociais após estabelecimento de limitações linguísticas impostas pela afasia, entre outros. Tais tópicos podem ter influenciado um processo, que foi ocorrendo aos poucos, de configuração do grupo como um grupo de apoio para pessoas que sofreram AVC.

Conforme definição que consta no *website* da Associação Americana de AVC, um grupo de apoio de AVC é uma organização de comunidade para sobreviventes de AVC e seus familiares, amigos e outros, que ajuda as pessoas a aprender mais sobre AVC, dividir suas experiências e se tornarem inspiradas para mudanças. É um lugar onde os membros partilham experiências e se encorajam mutuamente.

Embora não nos referíssemos ao grupo como grupo de apoio, ele pode ser assim considerado, pois as participantes, mesmo cientes de que estavam ali para contribuir para geração de dados para uma pesquisa sobre afasia, e, portanto, que os encontros terminariam assim que a etapa de geração dos dados fosse finalizada, elas pediam para que o grupo não fosse desfeito, alegando que sentiriam muita falta dos encontros, onde partilhavam experiências comuns a todas.

O fato de eu ter permitido desvios do tópico central e estabelecimento de novos tópicos por demanda das contingências interacionais, por um lado, funcionou como encorajamento das participantes a se expressar e, por outro, foi desenhando a espontaneidade das interações e favorecendo a configuração do grupo como de apoio, como mencionado. Conforme Morgan (2002, p. 146) bem destaca, “indiscutivelmente, existem diversas formas possíveis para balancear as demandas de manter o tópico da discussão do grupo focal e permitir aos participantes expressar seus próprios interesses”.

Enquanto pesquisadora e moderadora, eu realizei tarefas que vão além da moderação das interações do grupo focal. No que diz respeito à minha atuação enquanto pesquisadora, esta teve início, na ocasião do mestrado, antes da (e para a) constituição do grupo focal, quando eu frequentei (como observadora), no período de janeiro a abril de 2007, as consultas das segundas-feiras do ambulatório de neurologia do Hospital Universitário da Universidade Federal de

Juiz de Fora para conhecer pessoas com diagnóstico de afasia que se interessassem em participar da minha pesquisa. Minha presença nas consultas foi autorizada pelo neurologista responsável pelo setor de neurologia, após meu projeto de pesquisa ter sido aprovado pelos Comitês de Ética em Pesquisa Humana do Hospital Universitário e da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Assim que consegui formar um grupo com três pessoas com afasia (três mulheres, que, na ocasião dos encontros tinham 55, 45 e 37 anos, e cujos pseudônimos eram Carla, Tereza e Laura, respectivamente), e após assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas participantes, iniciaram-se os encontros que aconteceram semanalmente, às sextas-feiras, excetos feriados, no período de agosto a dezembro de 2007, em um laboratório do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, equipado com duas câmeras de vídeo fixas e giratórias, quatro microfones, isolamento acústico e uma ilha de edição separada da sala de captação de imagem e som por uma parede de vidro e uma porta. Nessa sala, sentávamos em cadeiras dispostas em círculo, de modo que ambas as câmeras de vídeo, conduzidas por auxiliares que ficavam na ilha de edição e nos visualizavam por meio do vidro, pudessem focalizar, sobretudo, as participantes (rostos e corpos) nos momentos em que elas estivessem falando.

Devido ao fato de esta pesquisa se voltar para o estudo das narrativas das participantes construídas em interações face a face em grupo focal, outras informações acerca do que se passava nos encontros nos momentos em que as participantes se engajavam na atividade narrativa serão contempladas no item posterior em que versarei sobre metodologia de análise narrativa. Também ficará reservado para esse momento posterior um detalhamento no que diz respeito à minha função de analista, já que minha atuação enquanto pesquisadora abrange outras funções além da moderação do grupo focal, como por exemplo, seleção dos participantes para a pesquisa, confecção da agenda dos encontros e análise dos dados. De acordo com o argumento de Morgan (2002, p 146), “um bom recrutamento, estabelecimento de questões e análise são tão essenciais para pesquisa de grupo focal quanto uma boa moderação”, sendo, portanto, tarefa do moderador também “fazer a análise e preparar a pesquisa”.

Na condição de estudioso do método de entrevista de grupo focal, Morgan (2002) nos chama atenção para as distintas configurações desse arranjo interacional no que ele considera serem abordagens mais e menos estruturadas,

conforme indicado na tabela, abaixo, por ele proposta.

COMPARAÇÃO DE ABORDAGENS MAIS E MENOS ESTRUTURADAS DE GRUPOS FOCALIS	
<i>Abordagens Mais Estruturadas</i>	<i>Abordagens Menos Estruturadas</i>
Objetivo: responder a pergunta do pesquisador.	Objetivo: entender o modo de pensar dos participantes.
Os interesses dos pesquisadores são dominantes.	Os interesses dos participantes são dominantes.
As questões estabelecem a agenda de discussão.	As questões guiam a discussão.
Maior número de questões mais específicas.	Menor número de questões específicas; questões mais gerais.
Quantidade específica de tempo por questão.	Flexibilidade de alocação do tempo.
Moderador dirige a discussão.	Moderador facilita a interação.
Moderador “refocaliza” o desvio do tópico.	Moderador pode explorar novas direções.
Participantes se dirigem ao moderador.	Participantes conversam uns com os outros.

Tabela 2 – Comparação de abordagens mais e menos estruturadas de grupo focal (Morgan, 2002).

Levando em consideração as características apresentados na tabela, podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que a presente pesquisa assume uma abordagem menos estruturada de grupo focal, o que é corroborado pelo modo como eu (pesquisadora) atuo no contexto da pesquisa, descrito em algumas linhas acima, que prima pela flexibilidade (*as questões guiam a discussão; menor número de questões específicas; questões mais gerais*), permitindo desvios e mudanças de tópico (*flexibilidade de alocação do tempo e moderador pode explorar novas direções*), bem como facilitando a interação, ao eleger os tópicos a serem discutidos levando em conta os interesses das participantes (*os interesses*

dos participantes são dominantes; moderador facilita a interação).

Ademais, o caráter interacional se mostra nas entrevistas, que assumem um formato de interações face a face em que sistemáticas de troca de turnos de assemelham às de conversas cotidianas. Ao invés de assumir um arranjo rígido entrevistador-entrevistado, as entrevistas assumem um arranjo em que todas as participantes interagem entre si, possibilitando a emergência de nuances típicas de todo processo interacional flexível e espontaneamente conduzido (ex.: interrupções, falas sobrepostas, reparos, solicitações de esclarecimento, entre outros). No que diz respeito às narrativas, objeto de estudo desta pesquisa, no contexto interacional, o foco se volta para a construção colaborativa das narrativas, em que falantes e interlocutores co-constroem sentidos. Ou seja, temos a participação ativa tanto do narrador como dos interlocutores na construção da narrativa, ao invés da presença de um entrevistador passivo, que apenas apresenta uma pergunta que elicia uma narração, e um entrevistado que responde àquilo que foi perguntado.

A postura metodológica assumida na geração dos dados desta pesquisa é informada por abordagens interacionais em linguística, logo, abordagens que levam em conta o caráter dinâmico das interações, o que vai ao encontro de uma abordagem menos estruturada de grupo focal. Trata-se de uma escolha que foi ratificada pelas participantes que permitiram-se envolver e ser mais espontâneas possíveis em suas produções discursivas, o que, de certo modo, colaborou com a constituição de um *corpus* extremamente rico de aproximadamente quinze horas de gravações em vídeo de interações face a face em grupo, que me possibilitou chegar mais próximo de seus modos de pensar.

Morgan (2002, p. 148) salienta que “quando os participantes em um grupo focal tem um alto nível de comprometimento pessoal ou emocional com o tópico, é mais fácil para eles iniciar e manter a discussão, logo, uma abordagem menos estruturada é uma opção realística”. A esse respeito, se olharmos para o perfil das participantes da pesquisa (sexo feminino, mães, profissionais, linguagem comprometida, no que diz respeito à habilidade de expressão verbal, entre outros), podemos sustentar que o grupo formado é bastante homogêneo, o que também favorece a instauração de uma abordagem menos estruturada, pois, devido aos perfis semelhantes, maiores são as chances i) de envolvimento, ii) de as participantes se interessarem pelos mesmos assuntos, e iii) de haver consonância

entre os interesses da pesquisadora (impacto da afasia na vida das participantes) e aquilo que é tornado relevante pelas participantes (Morgan, 2002).

6.3 Método em Análise de Narrativa

Reconhecendo a carência de uma abordagem metodológica que sustentasse pesquisas cujo objeto de estudo consistia em narrativas, Riessman (1993) nos apresenta com uma valiosa ferramenta metodológica, que nos fornece recursos para análises de narrativas. Trata-se de uma abordagem que amplia os modelos de Labov e Mishler, sendo informada por experiências com literatura, sociologia, trabalho clínico, ensino e política de gênero, o que deixa claro que o estudo da narrativa não se encaixa dentro das fronteiras de um único campo de estudo.

Elegendo a própria história como objeto de investigação, a “Análise Narrativa” de Riessman se propõe a entender como o narrador, em situações de entrevista, impõe ordem ao fluxo da experiência para dar sentido a eventos e ações em sua vida. Nesse sentido, busca-se examinar os recursos linguísticos e culturais dos quais o narrador se utiliza para construir sua história e convencer o ouvinte da autenticidade da mesma. A pergunta norteadora das investigações consiste na seguinte: *Por que a história foi contada assim (desse modo)?*

Na apresentação de sua proposta, Riessman (1993) nos lembra que o fato de as histórias serem contadas por seres humanos implica na presença da agência humana na determinação de i) o que será incluído e excluído da narração, ii) como os eventos serão organizados em enredos, e iii) o que os eventos supostamente significam; portanto, narrativas não são construídas ao acaso, meramente para transmitir informações, visto que existe um *self* agentivo guiando e formatando toda essa construção.

Riessman (1993) defende que cabe ao investigador considerar a estrutura da narrativa, preservando-a de modo a não fragmentá-la, mas analisá-la assim como foi construída, uma vez que o modo em que a experiência foi estruturada é essencial para a construção do sentido e é a chave para a coerência e coesão. Apoiando nessa visão, optamos por, inicialmente, apresentar as narrativas em suas completudes, sem recortes, de modo a permitir uma melhor visualização dos

dados. Afinal, o modo de se estruturar uma história sinaliza como o narrador está fazendo sentido de um determinado evento, ou ao menos como ele pretende que o interlocutor o interprete, uma vez que não há como discordar do caráter retórico das narrativas. Então, cabe ao investigador procurar alcançar as construções do narrador, já que ele não tem acesso direto à experiência deste. Além disso, seria ingenuidade assumir que o narrador, ao contar uma história, meramente representa sua experiência tal como se passou, adotando uma postura neutra e objetiva.

Trata-se de um relevante aspecto metodológico dedicar atenção aos níveis ou tipos de representação propostos por Riessman (1993), que irão elucidar o procedimento metodológico empregado nesta pesquisa, e que consistem em: *experencialização do mundo* (Nível 1), *narração da experiência* (Nível 2), *transcrição da narrativa* (Nível 3), *análise explícita* (Nível 4) e *leitura* (Nível 5).

Quando o investigador decide estudar narrativas, ele se depara com uma série de decisões interpretativas que se colocam a ele desde o momento da geração dos dados, uma vez que cabe ao investigador decidir como facilitar, promover ou eliciar a narração de uma história (Nível 2). Assim também são delegadas ao investigador as decisões quanto à transcrição (Nível 3) e à abordagem analítica que irá informar sua pesquisa (Nível 4). Portanto, não existe um conjunto padrão de procedimentos, mas sim decisões a serem tomadas e lugares a serem assumidos, pois cada pesquisa se desenha com o lápis que está nas mãos do investigador que, por sua vez, fala de um determinado lugar. Em outras palavras, subjacente à interpretação (e a guiando) está a abordagem teórico-metodológica do investigador, que, por sua vez, fundamenta e delimita a própria interpretação.

O detalhamento da visão de Riessman será apresentado a seguir com o propósito de apresentação dos passos metodológicos desta pesquisa. A visão ampla da autora, como poderá ser observado, não deixa de fora etapas que embora não tratem diretamente da análise propriamente dita, exercem forte influência no processo interpretativo, como a transcrição, por exemplo.

6.3.1 Experencialização do mundo

Embora possamos assumir que narrativas não são representações diretas,

sem o filtro da subjetividade do narrador, de eventos passados, não há como negligenciar o fato de que se existe uma narrativa, há também um evento passado (real ou inventado). Assim considerando, o primeiro nível de representação (Nível 1) se pauta na experiência passada do narrador, pois é tal experiência que justifica a narração. Em outras palavras, temos que, em um primeiro momento, *o indivíduo experiencializa o mundo*, e nesse processo de experiencialização, alguns fenômenos são (por ele) tornados significativos e, desse modo, ao narrar a experiência passada, o indivíduo vai construindo ativamente a realidade de um novo modo, ou melhor, à sua moda, de acordo com aquilo que para ele é significativo dentre uma gama de fenômenos (Riessman, 1993).

Podemos, então, assumir que, em se tratando de entrevistas narrativas, o primeiro passo metodológico, embora deflagrado pelo pesquisador-entrevistador por meio de uma pergunta eliciadora, por exemplo, é dado pelo próprio narrador ao recortar a realidade (escolher aspectos significativos para narrar) do modo como lhe é conveniente. Isso não quer dizer que a pergunta do entrevistador não tenha exercido influência nesse recorte subjetivo, mas, ao contrário, é bem provável que não só a pergunta eliciadora da narrativa como também o contexto da entrevista exerçam forte influência na seleção de *o que e como* será narrado.

No caso desta pesquisa, todas as participantes passaram pela experiência de AVC, que gerou um comprometimento da linguagem, tendo sido esta razão de elas terem sido selecionadas para a pesquisa, como mencionado acima. Devido ao fato de essa experiência não se tratar de um acontecimento cotidiano e ordinário, ela serviu como base para construção das narrativas mais envolventes de todo o *corpus* – as *Histórias de AVC* – o que justifica a escolha dessas narrativas (três narrativas sobre AVC, cada uma contada por uma participante) como dados desta pesquisa, extraídas de um *corpus*⁴ maior, de aproximadamente quinze horas de gravações de vídeo de interações face a face em grupo. Cada narradora fez um recorte subjetivo de sua experiência de AVC, de modo que cada uma escolheu narrar diferentes aspectos, que para elas eram significativos, o que proporcionou a formação de três narrativas bastante diferentes, embora tratassem da experiência de um incidente em comum.

⁴ Tal corpus foi gerado para a pesquisa que realizei durante o mestrado na Universidade Federal de Juiz de Fora, sob orientação da Prof. Sonia Bittencourt Silveira.

6.3.2 Narração

Ao eleger um determinado fenômeno de sua experiência como significativo, *o indivíduo se engaja na narração dessa experiência* (Nível 2), portanto, na *performance* de uma narrativa pessoal, tratando-se da re-apresentação do evento (já ordenados em certa medida) aos interlocutores, que inclui um inevitável e inquestionável *gap* entre a experiência tal como foi vivida e o que foi falado sobre ela (Riessman, 1993). Assim sendo, o acesso do investigador ao evento real e à experiência é mediado pelo relato de um indivíduo socialmente situado, construído a partir de uma perspectiva e para uma determinada audiência.

Uma vez que existem diversos modos de narrar experiências, o modo que o falante escolhe narrar é significativo, sugerindo caminhos para investigações, o que justifica o interesse dessa pesquisa em investigar narrativas sobre o mesmo tópico; interesse este que favorece a observação de diferentes pontos de vista sobre a experiência de sofrer um AVC. Por outro lado, como tacitamente conhecido (e aqui assumido), tal representação da experiência leva em conta os interlocutores, não sendo realizada por um narrador que se situa em uma posição neutra, mas por um narrador que leva em consideração quem vai escutar a história e que constrói um *self* de modo a determinar como ele quer ser reconhecido pelo outro (interlocutor). Nesse sentido, o fato das narrativas aqui analisadas terem sido contadas em interações em grupo, será possível observar peculiaridades nas construções das narrativas que se devem a esse contexto interacional, como por exemplo, o trabalho colaborativo de narrar.

Ademais, consoante Riessman (1993, p. 54), “para encorajar aqueles que estudamos a voltar a narrar momentos importantes de suas vidas é necessário fornecer um contexto facilitador na entrevista de pesquisa ... certos tipos de perguntas abertas são mais prováveis do que outras a encorajar a narrativização”. Diferentes tipos de perguntas implicam em diferentes tipos de respostas, que podem ser mais ou menos extensas. Uma pergunta como “quando isso aconteceu?” pode (mas não necessariamente irá) demandar como resposta apenas uma data, ao passo que uma pergunta como “o que aconteceu?” pode (mas não necessariamente irá) desencadear uma narrativa como resposta. Nesta pesquisa, as

narrativas foram eliciadas por perguntas abertas, a partir das quais foi solicitado que as participantes contassem como foi o episódio de AVC que as acometeu.

6.3.3 Transcrição

Aos investigadores/ pesquisadores cabe gravar (em áudio ou vídeo) a narração da experiência para que se faça a *transcrição da narrativa* (Nível 3), uma vez que apenas a gravação permite ao investigador capturar nuances da linguagem em uso, como pausas, inflexões, ênfases, enunciados incompletos, marcadores discursivos, expressões não verbais, falsos começos, sobreposições de fala e outros sinais da participação dos interlocutores na narrativa, etc. Conforme nos alerta Riessman (1993, p. 12), “a transformação da língua falada em um texto escrito é encarada com bastante seriedade, uma vez que investigadores atentos não mais assumem a transparência da linguagem”.

Faz-se relevante ter em conta que a escolha de o que incluir na transcrição e como organizar e exibir o texto tem implicações no entendimento da narrativa da parte do leitor, e que tais escolhas refletem a perspectiva do investigador (suas concepções e seus valores) e seu interesse de estudo, bem como guiam a interpretação do leitor, criando diferentes mundos. Nesse sentido, a transcrição não consiste em uma tarefa meramente técnica, mas pelo contrário, trata-se de um processo profundamente interpretativo e inseparável de uma teoria linguística (Riessman, 1993).

Ao transcrever uma narrativa, a concepção de *self* do pesquisador orienta decisões acerca da transcrição, de modo que ele pode assumir duas perspectivas distintas: uma visão requer uma transcrição que inclua as falas de todos os participantes da interação, uma vez que entende o *self* como co-construído dialogicamente (visão desta pesquisa), ou uma visão distinta que privilegia apenas a fala do narrador, pois se baseia na noção de um *self* refletido.

A opção por um ou outro método é um passo extremamente definidor dos rumos da pesquisa, uma vez que a forma de apresentação da narrativa como texto pode restringir possibilidades de leitura, ou seja, interpretações alternativas dos dados, bem como privar os dados de uma interpretação mais completa por excluir

características essenciais para a análise. Como bem destaca Riessman (1993), alguém poderia dizer que textos mais completos são tão completos que acabam dificultando a leitura, mas, por outro lado, demandam atenção da parte do leitor não apenas para *o que é* dito, como também para *como é* dito.

Enfim, dependendo do método escolhido, as transcrições podem nos permitir observar o vívido processo de co-construção, incluindo a negociação de sentidos entre narrador e interlocutor. Além disso, por meio delas, temos acesso a emoções, bem como, do ponto de vista estrutural, às fronteiras de uma narrativa (onde a história começa e onde termina). Nesta pesquisa foi feita a opção por transcrever as narrativas, gravadas em vídeo, encaixadas nas trocas discursivas nas quais elas se encontram imersas, sem excluir as falas dos interlocutores, exibindo, portanto, as ações não só do narrador, mas também dos demais participantes da situação interacional. Nem mesmo os risos, as interrupções, as sobreposições de fala, as repetições, os reparos, entre outras ocorrências, foram omitidas, pois esta pesquisa assume que até mesmo esses tipos de ocorrências podem estar envolvidas no processo de indicialização de *selves*, sendo dignos de investigação. Foram utilizadas para essa tarefa as convenções de transcrição sugeridas pelos analistas da conversa, conforme consta no anexo, pois tais convenções não deixam de contemplar tais referidas ocorrências, uma vez que seus interesses analíticos (dos analistas da conversa), muitas vezes, recaem sobre as mesmas.

6.3.4 Análise

O texto (a narrativa transcrita) por si só já implica diferentes leituras que não necessariamente demandam a condução do investigador para que se dê a construção do sentido (embora possamos assumir que essa condução já se deu no momento da transcrição por meio das escolhas do investigador). O procedimento subsequente à transcrição é uma *análise explícita* (Nível 4) realizada pelo investigador, de modo a tornar translúcidas suas ferramentas analíticas (Riessman, 1993). Novamente, a perspectiva do investigador, sobretudo em termos de sua afiliação teórica, faz-se penetrar nos dados, conduzindo o modo como o leitor vai

entender a narrativa ao tornar elegíveis determinadas categorias para a análise. Embora o sentido da narrativa seja colaborativamente construído pelo narrador, interlocutor/ analista e leitor, o analista exerce certo controle sobre essa construção de sentido, ao selecionar as características do discurso a serem analisadas.

Conforme mencionado anteriormente, a análise se inicia no processo de transcrição, de modo que não temos como considerar esses dois processos como distintos, mas sim como dois estágios interligados de um mesmo processo – o processo de interpretação dos dados. A escuta repetida da gravação dos dados para fazer uma transcrição que contemple os objetivos da análise pode trazer *insights* que conduzem a uma mudança no modo escolhido para a representação e/ou nas categorias de análise (Riessman, 1993). Percebe-se, então, a influência do processo de transcrição no processo de análise e vice versa.

Um importante passo metodológico sugerido por Riessman (1993) é começar por uma análise da estrutura, na tentativa de evitar uma leitura de conteúdo. É nesse sentido que o estudo de Labov é de grande contribuição para esta pesquisa, na medida em que não deixamos de identificar e analisar os componentes da narrativa, embora nosso foco investigativo se volte para as dimensões da narrativa proposta por Ochs e Capps (2001) – as categorias de análise desta pesquisa. Conforme já apresentado na introdução e no capítulo 2, tais dimensões são: *narração*, *linearidade*, *historiabilidade*, *encaixe* e *postura moral*. Essas categorias fornecem subsídios para responder as seguintes perguntas de pesquisa:

1. *Como se dá a construção colaborativa (e interacional) da narrativa?*
 - 1.1 *Como ocorre o trabalho interacional de encaixe das narrativas na atividade discursiva em curso?*
 - 1.2 *Quais as ações realizadas pelas co-narradoras que colaboram na construção das narrativas?*
 - 1.3 *Como a linearidade das narrativas é estruturada?*
 - 1.4 *Quais recursos são utilizados pelas narradoras para construção da historiabilidade das narrativas?*

2. *Como as narradoras (pessoas com afasia) se constroem discursivamente,*

constroem o outro e as realidades que as cercam, diante (através) dos episódios de AVC por elas narrados?

As perguntas de pesquisa, bem como as categorias analíticas, foram selecionadas com base no instrumental teórico que fundamenta a pesquisa. O referencial teórico, por um lado, impõe certas limitações à seleção das perguntas e das categorias, mas, por outro, guia tais seleções. No que tange esta pesquisa, o fato de buscar fundamentos em teorias de estudo de narrativas que tratam, sobretudo, de questões acerca de *como as histórias são contadas*, fez sobressair a *performance* do narrador como fenômeno de interesse, além de levar a eleger como categorias analíticas as dimensões que iluminam tal *performance* e a construir perguntas investigativas que norteiem as análises do turno a turno da construção narrativa, uma vez que esse é o palco das *performances*.

6.3.5 Leitura

Por um lado, o que o leitor tem em mãos é a representação do analista; por outro, o leitor é um agente do texto (cf. Bruner, 1986), pois, a partir da *leitura* (Nível 5) que ele faz do texto, ele agrega interpretações à construção do sentido por meio de inferências daquilo que está apenas indiciado no texto. E nesse processo de leitura e interpretação, leitor e investigador/ analista seguem em conjunto na construção de um sentido que não é do texto, mas de alguém (investigador e/ou leitor); afinal, “o sentido de um texto é sempre o sentido de alguém” (Riessman, 1993; p. 13).

Ainda no que tange esse processo de leitura, Riessman (1993, p. 43) alega que “um leitor pode se engajar em um processo de construção de sentido apenas quando a narrativa completa está incluída ou é tornada disponível pelo autor”; porém, “é ingenuidade pensar que alguém pode “apresentar a história” sem algum método sistemático de redução”.

Assumir o método de Análise Narrativa de Riessman exige entender que “análise narrativa é uma abordagem, não uma panacea, adequada a algumas situações de pesquisa, mas não a outras” (p. 70), pois, conforme a própria autora

coloca, existe sistematicidade no estudo do sentido e da experiência pessoal.

6. 4 **As participantes da pesquisa**

Falar das participantes desta pesquisa, pra mim, é muito gratificante, pois elas foram a minha possibilidade de pesquisar afasia, ou melhor, buscar entender pessoas com afasia e seus discursos, de modo que tenho grande estima e carinho por elas; carinho este construído ao longo de cinco meses de encontros semanais que deixaram muita saudade e que me motivaram a seguir adiante com minha pesquisa, com a ousadia de tentar ingressar no doutorado para dar continuidade à pesquisa e poder oferecer algo em troca àqueles que convivem com essa patologia que, muitas vezes, silencia a pessoa por ela acometida. Não se trata de um silenciamento por razões verbais (linguísticas), mas sim de motivação social. É a sociedade que estigmatiza e silencia essas pessoas por meio da exclusão social. Mas, quando essas pessoas encontram um lugar onde o outro não só autoriza que elas se expressem, mas, principalmente, dá voz a elas, elas mostram que limitações não necessariamente impõem limites quando se pode contar com a colaboração/ cooperação do outro, o que poderá ser claramente observado mais adiante nas análises. Foi esse caráter de cooperação que fez com que o grupo, como mencionado anteriormente, fosse se transformando em um grupo de apoio, de apoio mútuo, visto que todas as participantes tinham sido acometidas por AVC e apresentavam afasia, exceto eu, a pesquisadora.

Carla, a menos jovem, na ocasião das gravações, tinha 55 anos e tinha sido acometida por um AVC no hemisfério cerebral esquerdo havia dez anos. Segundo relato de Carla, nos primeiros meses após o AVC, ela não conseguia emitir nenhuma expressão linguística, comunicando-se apenas por gestos, quando foi levada para Brasília para ser atendida no hospital Sarah Kubitschek. No hospital, passou a ser atendida por uma equipe multidisciplinar que contava com uma fonoaudióloga, que a auxiliou em suas reconstruções linguísticas, de modo que, aos poucos, Carla passou a se expressar por meio de palavras e, mais tarde, por meio de frases curtas (compostas por duas palavras). Nesse estágio de reconstrução da linguagem, Carla retornou à Juiz de Fora, cidade onde residia

juntamente com sua mãe e seu filho, e não deu continuidade ao tratamento fonoaudiológico. A partir de então, a evolução do seu quadro se deu espontaneamente, porém, em pequena escala, ou seja, Carla não avançou muito nas reconstruções linguísticas, sendo que, atualmente, seu discurso é marcado pela presença de enunciados curtos (raramente ela consegue se expressar por meio de enunciados mais extensos), algumas vezes com inversão da ordem das palavras, com substituição de uma palavra por outra, com grande frequência de interrupções abruptas e de auto-reparos, reformulações e repetições, sobretudo da vogal “e”, que é frequentemente prolongada em sua emissão, e com verbos com conjugação inadequada. Um interessante estudo sobre a fala de Carla, realizado por Lanini, Oliveira e Vieira (2010), interpretou esse prolongamento da vogal “e” como um índice de posse da palavra, logo, uma estratégia adaptativa, um recurso utilizado para lidar com as limitações linguísticas, em outras palavras, uma forma de Carla sinalizar aos parceiros interacionais que ela ainda não finalizou a construção do seu turno de fala e que deseja finalizar, almejando, também, que o outro não tome a palavra.

Além das sequelas na fala, Carla também apresenta uma plegia (perda total da força) do braço direito e uma paresia (perda parcial da força) da perna direita, o que, como pôde ser observado nas interações, dificulta tanto a marcha como a realização de gestos, logo, prejudica também sua expressão por meios não-verbais. O mais comovente era que, mesmo com essas consideráveis limitações motoras, Carla foi a única participante que não faltou a nenhum dos encontros. O fato de ela ter que pegar dois ônibus para se deslocar da sua casa à universidade não a desanimou de participar dos encontros, mesmo tendo que subir uma rampa para ter acesso ao laboratório onde o grupo se reunia. Da mesma forma, como será observado, suas limitações linguísticas não a impediam de se engajar ativamente nas interações do grupo.

Tereza, uma outra participante da pesquisa, tinha 45 anos na ocasião dos encontros e havia sete anos que tinha sido acometida por um AVC no hemisfério esquerdo, que também deixou como sequela um comprometimento da linguagem verbal, de modo que, assim como Carla, nos primeiros dias após o AVC, ela não conseguia se expressar verbalmente. No entanto, o quadro de Tereza foi um tanto distinto do quadro de Carla, pois Tereza não apresentou sequelas motoras, e as sequelas linguísticas, manifestadas pela ausência total de fala, foram regredindo

espontaneamente, sem intervenção fonoaudiológica. Atualmente, o único comprometimento linguístico que se evidencia na sua fala é uma dificuldade de “encontrar” a palavra que deseja falar, manifestada no seu discurso por meio de longas pausas que ocorrem com grande frequência, interrompendo a fluência da fala. Ademais, a fala de Tereza é lenta, o que não pode ser considerado como um comprometimento linguístico, mas pode ser entendido, da mesma forma que o prolongamento de vogal no caso de Carla, como uma estratégia de adaptação ao déficit; isto é, a lentificação da fala pode ser entendida como um recurso utilizado por Tereza para lidar com sua dificuldade de “encontrar” palavras (cf. Andreetta, Cantagallo e Marini, 2012). Também pode ser verificado na fala de Tereza algumas repetições de palavras e de enunciados. Um olhar ligeiro para os dados de fala transcritos de Tereza poderia não identificar em seu discurso nenhuma manifestação de déficit linguístico, como algumas vezes aconteceu comigo, após transcrever a fala de Tereza. Eu olhava para os dados e me questionava: onde está a afasia? Mas, bastava um próximo encontro com Tereza para eu escutar a afasia. No entanto, um olhar mais devagar para os dados transcritos permite observar a grande frequência das pausas na fala de Tereza, o que não pode ser obscurecido por uma busca de alterações na estrutura da língua.

A participante mais jovem do grupo, Laura, com 37 anos na ocasião dos encontros, era a que havia sido acometida por um AVC no hemisfério cerebral esquerdo a menos tempo; o acometimento havia apenas 1 ano e tinha deixado como seqüela o comprometimento linguístico (afasia) e um comprometimento motor (uma leve hemiparesia direita, isto é, uma leve perda parcial da força do lado direito do corpo, mais especificamente o braço e a perna). Desde a alta hospitalar após o AVC, por conta das seqüelas linguísticas e motoras, Laura passou a ser atendida por fonoaudiólogas e fisioterapeutas, além de passar por consultas periódicas no ambulatório de neurologia do hospital universitário. Até a ocasião dos encontros, Laura não tinha observado evolução do seu quadro, expressando sua linguagem os mesmos comprometimentos, segundo ela, de alguns dias após o AVC, uma vez que logo após o AVC sua fala se limitava a poucas palavras, acompanhadas por gestos. Após um breve período de uma branda recuperação espontânea, o discurso de Laura passou a ser marcado pela presença de enunciados com inversão de ordem das palavras, escassez de preposições, conjunções, verbos auxiliares, advérbios e adjetivos, e com

predomínio de substantivos, além da grande frequência de uso de discurso reportado direto, que também pode ser entendido como uma estratégia para lidar com o déficit linguístico, e até mesmo uma estratégia de simplificação, conforme tese defendida por Oliveira (2011), a partir de uma densa análise dos dados de fala de Laura.

As três participantes – Carla, Tereza e Laura – não se conheciam antes de os encontros terem início. Elas eram mulheres muito diferentes, tanto em relação ao estereótipo físico como em relação a valores, predileções, crenças, classe social, entre outros. Carla tem estatura baixa, pele morena, era um pouco insatisfeita com seu peso, tem cabelo grisalho e curto, e os olhos pretos, é espírita, divorciada, como mencionado, tem um filho de dezenove anos e mora com ele e a mãe, é secretária executiva aposentada por conta do AVC. Tereza tem estatura média, pele morena, tem cabelo preto na altura dos ombros e os olhos pretos, é evangélica, casada, tem três filhos (um filho de dezesseis anos, uma filha de vinte anos e uma outra, casada, de vinte e quatro anos), é cabelereira, mas não exerce a profissão desde o AVC. Laura tem estatura média a alta, pele branca, é magra, tem cabelo loiro longo e olhos marrons, é católica, solteira, tem dois filhos (uma filha de dezesseis anos e um filho de dezessete anos), era costureira de uma fábrica de peças íntimas para homens antes de ser acometida pelo AVC.

O critério utilizado para selecionar essas participantes foi o diagnóstico neurológico de afasia, anotado nos seus prontuários do ambulatório de neurologia do hospital universitário. No caso das participantes, trata-se de uma afasia com repercussões na produção verbal, visto que a compreensão verbal encontra-se preservada. Eu assisti as consultas neurológicas desse ambulatório durante três meses (de janeiro a abril de dois mil e sete), às segundas-feiras, no período da manhã, para conhecer pessoas com afasia para participar da minha pesquisa. Antes de entrar na sala de atendimento, eu olhava os prontuários para selecionar, pelo diagnóstico médico, aquelas consultas que eu iria assistir, que eram apenas aquelas em que seriam atendidas pessoas com afasia. Dessa forma, eu conheci algumas pessoas, homens e mulheres, que apresentavam afasia, de grau leve a severo, e as convidei para participar da pesquisa, explicando tudo que aconteceria, desde a geração dos dados até as publicações que seriam frutos da pesquisa, e me comprometendo em manter o anonimato deles, o que seria assegurado pelo TCLE. Todos se disponibilizaram a participar da pesquisa; todavia, apenas as três

compareceram aos encontros. Em um dos encontros, o grupo contou com a presença de um outro integrante, mas ele compareceu apenas um dia.

Uma vez que esta pesquisa não se trata de uma pesquisa clínica, não houve necessidade e relevância de se realizar uma avaliação fonoaudiológica das participantes, sendo o diagnóstico médico o estabelecido do diagnóstico de afasia. No entanto, não há dificuldade de identificar a presença da afasia no discurso das participantes, uma vez que a afasia pode ser tanto ouvida como lida nos dados transcritos. Ademais, o ambiente físico da pesquisa não era propício para avaliações, pois se tratava de um laboratório de gravações e edições, não sendo, portanto, um ambiente clínico. Para os propósitos desta pesquisa, avaliações fonoaudiológicas não eram necessárias, na medida em que o método de geração dos dados atendia suficiente e eficientemente a tais propósitos, pois favorecia a emergência de dados de fala espontânea em um contexto interacional. Conforme anteriormente mencionado, do *corpus* constituído, foram selecionadas três narrativas sobre AVC para esta pesquisa, que serão analisadas no próximo capítulo. A justificativa por escolher apenas três narrativas dentre diversas outras que compunham o *corpus* se dá pela proposta de realização de uma análise aprofundada e pormenorizada.